

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Matéria de São Paulo

Class.: _____

41

Data: 25 de Novembro de 1977

Pg.: _____

CPI do Índio ^{Índios} encerra ^{FSP} com dois relatórios ^{25.11.77}

BRASILIA (Sucursal) — Com voto em separado do MDB, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Índio, aprovou ontem, em sua última sessão, por seis votos contra cinco, o relatório apresentado pelo deputado Ubaldo Correa (Arena-PA), após uma interrupção de 15 minutos dos trabalhos a pedido da bancada oposicionista, que alegou não ter tido tempo suficiente para examinar as conclusões do relator.

Ao mesmo tempo que optava pelo voto em separado, os representantes oposicionistas da CPI do Índio apresentaram um relatório alternativo — que foi lido pelo deputado Airton Soares — que propõe, em última análise, a constituição de uma comissão permanente na Câmara dos Deputados para acompanhar de perto os problemas indígenas “que são permanentes”, segundo o deputado paulista.

A sessão de ontem foi a última da CPI do Índio instalada a cinco de maio deste ano “e que se pode considerar teve apenas dois meses de trabalhos concretos pelas interrupções que sofreu por ocorrência de cassações, votação do divórcio — que esvaziou as comissões — e pelo recesso natural de julho” — segundo o presidente da CPI, deputado Israel Dias Novaes (MDB-SP).

O RELATÓRIO

O relator da CPI do Índio, deputado Ubaldo Correa, iniciou a leitura de seu relatório enfocando as finalidades da CPI: a proteção dos reservas indígenas contra as constantes invasões que se registram e a preocupação de resguardar os valores culturais dos grupos através de uma política indigenista adequada.

Disse o relator que após ler todos os depoimentos e ouvir todos os debates travados durante as sessões, separou seis itens para focar em seu relatório que considerou os mais importantes. Esses são: problema de terra, o regime tutelar, a questão da emancipação, educação, saúde e desenvolvimento comunitário dos grupos indígenas, o trabalho das missões e as denúncias, principalmente, quanto à emissão pela Funai de certidões negativas a empresas agropecuárias.

Quanto à questão da terra, o relatório analisa os mecanismos já existentes no Estatuto do Índio sobre a matéria e reconhece que a prática não corresponde à gravidade do problema. O relatório da Arena, no item que diz respeito a tutela defende, integralmente, o direito da Funai de exercer “o direito da Funai de exercer a tutela, pois representa proteção ao índio que ainda não está preparado para conduzir seus próprios destinos”.

Após analisar um por um dos itens selecionados pelo relator, o documento final da CPI do Índio faz as seguintes recomendações: que sejam demarcadas o mais breve

possível as terras indígenas, que sejam expulsos os invasores das áreas indígenas; sejam eles pequenos posseiros ou grandes grupos econômicos, que seja observado o art. 16018 do Estatuto do Índio sobre o respeito à cultura indígena; que sejam mantido os atuais limites do Parque Nacional do Xingu; a proibição de implantação de projetos — com exceção para os da Funai — em áreas indígenas, o controle efetivo dos trabalhos das missões pela Funai, a regulamentação do Estatuto do Índio; incremento dos programas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, e que seja dada prioridade absoluta de recursos para a Fundação Nacional do Índio.

RELATÓRIO ALTERNATIVO

O relatório chamado alternativo pela representação do MDB foi lido pelo deputado Airton Soares, mesmo sob os protestos de alguns deputados arenistas que, inclusive, chegaram a deixar o plenário, entre eles, o deputado goiano Siqueira Campos que considerou a atitude da bancada oposicionista contrária à regimentação da Câmara dos Deputados.

Mesmo assim, a leitura das 32 páginas foi feita e, contendo detalhes mais específicos do que o relatório apresentado pela Arena, exemplificou todos os casos de invasão de áreas indígenas, estradas que foram feitas em algumas reservas levando doenças e por conseguinte à morte de índios, e as diversas acusações feitas durante as sessões sobre atitudes de funcionários da Funai — citando casos de apropriação de terras indígenas — e criticando a atuação do Departamento Geral do Patrimônio Indigenista, que mantém projetos de bovinocultura na Ilha do Bananal e serraria que estariam acabando com reservas de madeira de lei na região sul do País.